

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 31, Julho a Dezembro de 2020, pp. 18-41.

Recebido em: 9/4/2020

Avaliado em: 17/5/2020

Aprovado em: 21/6/2020

CRISE DE HEGEMONIA, *INTERREGNO* E DEMOCRACIA EM DECLÍNIO: UM PANORAMA DA POLÍTICA BRASILEIRA EM ANÁLISE

Danilo Uzêda da Cruz¹

Resumo: A situação política no Brasil pode ser caracterizada como uma crise de hegemonia, em sua forma do político, em que as classes dominantes ainda não conseguiram o convencimento ou a determinação do conjunto do sistema político, nem tão pouco a sobredeterminação na sociedade civil. Nossa preocupação central é debater essa questão política, e do político, a fim de que possamos identificar as repercussões desse *interregno* na dimensão democrática, até o surgimento de novas alternativas conservadoras, perigosas ao frágil processo democrático. Em uma pesquisa mais ampliada que ora desenvolvemos observamos que essa dinâmica não é restrita ao Brasil, mas que há no contexto latino-americano uma crise de hegemonia provocada por promessas não cumpridas seja do modelo liberal-democrático em geral, como particularmente dos governos progressistas que ao longo de uma década e meia estiveram à frente de seus governos. Mas não só isso, já que as alternativas conservadoras permaneceram tensionando internamente ao sistema político e orquestraram o desmoronamento das democracias no continente. Ainda assim, o Brasil vem demonstrando um protagonismo nesse processo conservador, seja por sua determinação econômica e política, seja porque aqui adere-se a uma militarização e violência de Estado cada dia mais grave. Nesse artigo buscaremos caracterizar esse processo, bem como discutir alternativas políticas, bem como o conceito que está em bastante uso na ciência política brasileira, qual seja a “revolução passiva à

¹ Doutor em Ciências Sociais. Pós-Doutorando em Desigualdades Globais e Justiça Social, FLACSO/UNB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa DEPARE e Periféricas/UFBA.

brasileira”, que diz respeito a um processo de “modernização” gradual do capitalismo brasileiro por meio de reformas promovidas diretamente pelo Estado, deslocando as bases sociais para fora do governo. A ausência da participação ativa das classes sociais nesse processo atenderá, caso o ciclo se conclua, em uma hegemonia de uma fração de classe, sobre as demais, ampliando a crise de hegemonia, mas determinando uma posição política conservadora durante esse longo *interregno*.

Palavras-chave: Crise de Hegemonia; Desdemocratização; Participação política; *Interregno*.

Abstract: The political situation in Brazil can be characterized as a crisis of hegemony, in its political form, in which the ruling classes have not yet managed to convince or determine the whole of the political system, nor even overdetermination in civil society. Our central concern is to debate this political and political issue, so that we can identify the repercussions of this interregnum in the democratic dimension, until the emergence of new conservative alternatives, dangerous to the fragile democratic process. In a broader survey that we have now developed, we observe that this dynamic is not restricted to Brazil, but that in the Latin American context there is a crisis of hegemony caused by broken promises, whether from the liberal-democratic model in general, as particularly from the progressive governments that over a decade and a half they have been ahead of their governments. But not only that, since conservative alternatives remained internal tensioning the political system and orchestrated the collapse of democracies on the continent. Even so, Brazil has been showing a leading role in this conservative process, either because of its economic and political determination, or because here it adheres to an increasingly serious militarization and state violence. In this article we will try to characterize this process, as well as discuss political alternatives, as well as the concept that is in wide use in Brazilian political science, which is the “passive Brazilian revolution”, which concerns a process of gradual “modernization” of capitalism through reforms promoted directly by the State, displacing social bases outside the government. The absence of active participation by social classes in this process will, if the cycle ends, in a hegemony of a fraction of class, over the others, amplifying the crisis of hegemony, but determining a conservative political position during this long interregnum.

Key-words: Hegemony Crisis; Desdemocratization; Political participation; *Interregno*.

1. Introdução

A teoria democrática tem vivido impasses cruciais, fruto de uma crise global agora agravada pela Pandemia provocada pelo COVID-19². Acompanha esse impasse empírico, uma crise de hegemonia como produto da crise estrutural do capital, que tentou por meio da desregulamentação trabalhista, previdenciária e social resolver seu problema da crise do sistema financeiro. Esse quadro se problematiza ainda mais quando nosso olhar enfeixa para as questões latino-americanas, e apurando mais um pouco para o Brasil, objeto de nossa análise nesse artigo.

Há uma crise de hegemonia, onde as classes dominantes ainda não definiram entre si seu melhor projeto para o capital. A América Latina em que pese seu caráter dependente e complementar da economia mundial, não aguardou essa definição e passou a operar internamente as disputas políticas a partir dos anos iniciais dessa década, quando um projeto político, nacionaldesenvolvimentista (ALVES, 2015), pareceu dar sinais de ineficácia política e buscou ampliar o arco de alianças para manter-se no poder.

Os governos da Bolívia, Equador, Chile e Uruguai passaram por uma deslegitimação pública, assim como no Brasil, ao longo dos anos 2013-2015, culminando com o processo de *impeachment*, em 2015 da presidenta brasileira Dilma Rousseff³.

² Em números do dia em que encerro esse artigo, 27/06/2020, para submissão à Revista Hegemonia, os dados globais assustam ou melhor dizendo, apavoram. No mundo já são mais de 9.764.997 infectados, 497.923 mortos, e 4.917.328 de curados cuja possibilidade de recontaminação e retransmissão é incerta. No Brasil, nesse momento crítico já são 1.326.914 de contaminados, 61.110 mil mortos e 697.526 curados. Para se ter ideia do contexto caótico, o governo federal ainda briga com esses dados, tentando esconder os dados reais, é inapetente na condução de uma política coerente de enfrentamento. Trocou pela terceira vez comando do Ministério da Saúde, apenas por discordar quando a necessidade de isolamento social e uso da cloroquina, prerrogativas que o presidente apresenta como necessárias diante de sua inépcia governamental.

³ Entretanto, é preciso lembrar que a prática de fragilização dos governos latino-americanos, aparentemente bancada pelos Estados Unidos e por sua agência de fomento aos conflitos internacionais, a CIA, não é nova. Se quisermos deixar de lado o apoio aos golpes militares e às ditaduras, apenas olhando esse novo século, teremos o *impeachment* de Fernando Lugo, no Paraguai, as tentativas de derrubada do governo de Hugo Chavez e de seu sucessor Nicolás Maduro, na Venezuela, e ainda o embargo econômico à Cuba. Após tantas outras formas “criativas” de tentar derrubar poderes progressistas no continente, aparece como novidade o apoio aos governos auto-proclamados, subvertendo a ordem democrática e golpeando, institucionalmente, os governos eleitos e os arranjos nacionais.

Nesse intento, como regra geral para os Estados latino-americanos, optou-se por ir mais fundo na já complexa e perigosa trama com as oligarquias regionais e com setores conservadores da política nacional. O *interregno* analisado por Gramsci (2004) para as questões vividas no século 20 e 30, reaparece como uma possibilidade de análise para o momento que estamos vivendo no contexto latino-americano, já que “o velho morreu, e o novo ainda não foi capaz de emergir”, causando uma grave lacuna política que mescla elementos da velha política, novos populismos, ressurgimento de conservadorismos e militarismos golpistas, e uma esquerda incapaz de dizer o seu nome (SAFATLE,2019). Esse conjunto caótico que a sociedade latino-americana vivência, repercute e é também reflexo (GIDDENS, 1998) daquilo que é produzido como modelo político e econômico na principal potência do continente, o Brasil.

Buscamos ao longo de nosso artigo, por meio de uma abordagem panorâmica e de análise política, identificar os elementos cruciais dessa crise de hegemonia, em maio ao *interregno* como produto da fragilização das democracias, da crise sistêmica do capital, e principalmente da sobredeterminação das elites nacionais para tentar pautar seu projeto político de fragmentação social, desregulamentação de direitos e recuperação econômica fruto da crise cíclica do capital internacional.

As questões que cercam o presente e o futuro das democracias latino-americanas e os contornos da crise que se apresenta, é produto de uma crise de hegemonia mundial das classes dominantes que controlam a acumulação e circulação de capital. Esse modelo caótico e expressado cada vez mais em uma intensa desdemocratização nos coloca à beira de um impasse político e social, que é também um impasse ambiental, cultural e, sobretudo, econômico, e se expressa de forma mais agressiva em países de economia dependente, periférica e complementar como são os países latino-americanos.

É um debate cuja centralidade se apresenta na agenda política latino-americana, mas não somente, porque também está na pauta do velho continente e nas mudanças nas relações internacionais promovidas pelo crescente e consistente desenvolvimento chinês e pela reorganização da Rússia, enfraquecendo ou matizando a hegemonia norte-americana.

Acrescente-se a isso a crise sanitária e da saúde pública provocada recentemente pelo COVID-19, cuja repercussão ainda é uma incógnita.

O ressurgimento do pensamento conservador, de direita, na forma de neofascismos, e de ultradireita, na forma de violência, e o esgarçamento do tecido social têm nos indicado que as democracias encontraram uma forma de negação de seus próprios princípios democráticos (liberdade, igualdade, justiça social etc.), utilizando os mesmos instrumentos que garantem sua razão de ser (CRUZ, GONZÁLEZ e IAMAMOTO, 2020).

2. O ressurgimento do pensamento antidemocrático

Em um trabalho recente alimentamos a discussão que o fim das ditaduras militares aparecia como expressão final do pensamento conservador (CRUZ e UZÊDA, 2020). Parecia que a ambiência democrática e a mobilização das populações em torno de demandas democráticas e ampliação de direitos alimentava uma conjuntura favorável para que as sociedades melhorassem seus ambientes democráticos. As alternativas para ampliação da participação e inserção de demandas e agendas de políticas públicas não caminharam no mesmo ritmo das mudanças a serem promovidas na estrutura social, nas economias e principalmente nas culturas que esqueceram momentaneamente o passado conservador e cruel legado pelas ditaduras em todo o continente. Em recente livro, Safatle (2019) faz novo alerta para o uso da violência como prática democrática, ultrapassando, se não anulando, a ação estatal da sociedade por meio de ações de linchamento (físico e simbólico) de populações inteiras e de indivíduos em particular.

O fim da ditadura parece mesmo não ter acabado com o pensamento conservador, pelo contrário: parece tê-lo guardado em um lugar reservado longe da política, do contraditório, dos princípios democráticos, onde a sociedade, e o próprio Estado, não conseguiram enxergar. Seja porque está entranhado culturalmente como colonialidade, seja porque se imiscuiu nas relações cotidianas e do mundo privado à espera de uma oportunidade.

A avalanche participacionista dos anos 1990 arrefeceu ao longo da mesma década, como consequência do aprofundamento do neoliberalismo, mas embasada pela “estabilidade”

econômica promovida pelos planos econômicos no Brasil. No resto do continente, mais uma década foi necessária para que o participacionismo alcançasse as políticas públicas, cada país com particularidades que fogem ao nosso propósito nesse artigo.

Nos primeiros anos da década de 2000, o espectro de mudança tomou conta da América Latina. Parecia que finalmente os governos de esquerda e centro-esquerda, mesmo aqueles aliados às oligarquias e a grupos até então conservadores, estavam sendo eleitos sob regimes democráticos e eleições com aparente igualdade de direitos. Foi uma década de mudanças nas políticas públicas, com forte redução das desigualdades econômicas, sociais, ambientais e políticas, com a inserção gradativa de populações antes excluídas no sistema de direitos. Entretanto, a direita e o pensamento conservador persistiram e aprimoraram as estratégias de inserção nos sistemas políticos, imiscuindo-se nas economias e no aparelho estatal.

A separação entre direita econômica, política, religiosa etc. pareceu não ter mais sentido em um mundo “globalizado” e multidiverso. O engano provocado por um forte apelo moral em torno da corrupção do próprio sistema político, somado ao crescimento econômico de classes populares, fez a direita voltar à cena na primeira década dos anos 2000. Países como Uruguai, Brasil, Equador e Bolívia retiraram da situação de miséria e extrema pobreza um terço de suas populações, e no caso do Brasil, da Bolívia e do Uruguai, esses indicadores mostraram que houve elevação da escolaridade e do acesso à cultura (PNUD, 2017).

A chamada direita econômica, reconhecida como os liberais clássicos, retornou à baila nos centros de conhecimento e governos. Suas propostas retomaram uma oposição ao liberalismo econômico de meados do século, ao Estado de bem-estar social e ao nacional desenvolvimentismo. Trouxeram novamente à tona a redução do papel do Estado nas economias e na vida do indivíduo. Entretanto estava aberta qual classe dominante que controlaria esse processo, seja como narrativa, seja como determinação hegemônica, daí a crise desencadeada nas elites nacionais.

A novidade, do ponto de vista político, é o surgimento de uma direita religiosa. Novidade porque esses grupos passam a disputar intensamente eleições como um “partido”, formam bancadas e ampliam sua atuação na sociedade disputando vagas em conselhos paritários,

conselhos tutelares, e em outras formas de participação política, com uma agenda em nome da família, da pátria, dos bons costumes, da moral etc. O pensamento conservador sustenta que as mudanças não levam ao progresso e passa a inserir a fé em suas decisões públicas com um guia político. O que mobiliza a direita conservadora é, via de regra, o aspecto comportamental: a recusa da legalização do aborto e da homoafetividade, a deturpação dos debates sobre gênero (assumindo um difuso conceito de “ideologia de gênero”), defendendo uma família tradicional extraída dos textos bíblicos. Esse pensamento tem assumido nos parlamentos espaços significativos, como dissemos anteriormente, configurando “bancadas” e, mais recentemente, elegendo presidentes (Brasil) ou promovendo golpes de Estado (Bolívia). Sua dispersão em grupos diversos é reaglutinada em torno dos temas apontados, novamente dissipando-se e entrecortando os interesses econômicos.

O pensamento conservador de direita assume ainda duas formas que se confundem, mas que aqui matizaremos: a nacional-militarista e a direita fascista. A primeira tem como raiz ideológica os mesmos fundamentos dos regimes militares, inclusive a tortura como prática de Estado. A configuração ideológica desse pensamento em geral assume aspectos morais, apoiados na defesa dos bons costumes, da lei e da ordem. Expressam suas ideias no âmbito da caserna, utilizando grupos militares e paramilitares, sempre incidindo e atuando contra a democracia e, apesar de defenderem as instituições, fragilizam-nas. Seus horizontes enxergam qualquer garantia constitucional, direitos humanos e defesa da vida como secundários diante do desejo de controle do Estado e da autoridade em nome do progresso.

Por fim, o pensamento da direita fascista começa a ganhar força na América Latina, confundindo-se com o pensamento nacional-militarista e o pensamento econômico neoliberal. Diferencia-se principalmente do pensamento descrito no parágrafo anterior porque rechaça totalmente a atuação dos direitos, sendo mormente racista, homofóbico, xenofóbico, sexista, e com inserção econômica dos grandes conglomerados e setores agroindustriais.

A questão central desse pensamento ativo e crescente na América Latina é que ele ressurgiu associado ao assassinio de opositores, à redução de investimentos nas áreas da ciência e da tecnologia, à fé e ao casuísmo, e a golpes de Estado ou a ameaças de rupturas democráticas. E, ao contrário do que o pensamento liberal propôs, não reduziu, e sim ampliou as desigualdades.

3. A crise de hegemonia agravada: o Brasil

O lulismo como expressão inovadora do populismo latino-americano ou como uma estratégia política para pensarmos uma revolução passiva, à brasileira, como nos convida a pensar VIANNA (1997), incorporou um bloco hegemônico dos setores da burocracia sindical que haviam se convertido em gestores dos fundos de pensão, as oligarquias regionais, e setores industriais e bancários descontentes com os desdobramentos do modelo neoliberal nacional. Aliada a uma classe trabalhadora ativa localmente, mas fragilizada nacionalmente, o modelo pareceu dar conta em apresentar uma alternativa política para a América Latina nesse *interregno*. Entretanto o arranjo político encetado se mostrou muito mais abrangente e ao mesmo tempo mais duradouro do que aquele estabelecido sob o sucesso do Plano Real, ao longo dos governos sob a direção de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) (VIANNA, 1994; SINGER, 2012).

A vinculação de uma burocracia social, emanada das organizações e corporações de trabalhadores e dos movimentos sociais dava uma capacidade de mobilização e de coesão política na estrutura social, combinando com a oportunidade de realizar reformas, sobretudo previdenciárias e trabalhistas, que se apresentava com maior legitimidade do que nos anos 1990, mas não só por isso: o cenário econômico, as estratégias de superação da pobreza e infraestrutura social apaziguavam as crises econômicas e sociais por ampliação de direitos, fazendo com o que o governo nos primeiros anos de mandato ampliasse, paralelamente os acordos com as elites conservadoras, sobretudo com o PMBD (hoje MDB) e setores do PSD e PTB.

A sociedade tinha a contrapartida necessária para não “cobrar” mais, já que as políticas compensatórias e políticas sociais abrangentes (focais ou estruturais) por um lado, atendiam as aspirações das classes trabalhadoras, e aquela multidão de desempregados e precarizados. Por outro lado promoveu a ampliação da base social do Estado por meio da incorporação passiva destas ao arranjo político (CRUZ, 2019). Essa forma da revolução passiva, essa hegemonia restrita, entrou em colapso a partir de meados de 2013 (BRAGA, 2016).

Os estudos em torno desse período ainda estão longe de se tornar um consenso nas pesquisas em ciências sociais, nem mesmo parece que vá haver algum dia. Mas há uma leitura hegemônica de que o governo buscou por meio de uma nova forma de populismo colocar em interação afetiva e ideológica, com uma mão, e com a outra beneficiar o capital, garantindo recursos necessários para a realização de um projeto político democrático participativo, em busca de preencher a lacuna de projeto político nacional deixada pelo governo anterior, e embalado pelo cenário internacional que aplaudia uma nova onda de reestatização da economia e cujo agravamento da pobreza nos países periféricos já ameaçava as economias dos países centrais.

Para tanto o foi construída uma megacoalizão, que garantiu formalmente a maioria parlamentar necessária para ir adiante no propósito, que repito, agradava ao mesmo tempo o capital e o mundo do trabalho, porque manejava interesses imediatos e futuros de ambas as classes. Quem quer que acompanhasse as ações do governo se sentiria perturbado, com o governo lançando dois candidatos nos municípios, à presidência dos parlamentos, e mesmo aos governos Estaduais. Ao contrário de ser uma maestria política, nos parece uma característica de crise de hegemonia, em que a estratégia de revolução passiva não encontra uma forma de superação das divergências e desacordos políticos e econômicos.

O consenso esperado, não adveio sem um custo altíssimo, expressado inicialmente no pagamento e compra de votos dando continuidade a uma prática conhecida como mensalão, superada politicamente por conta do amplo apoio popular e sucesso econômico. Entretanto o aprendizado desse malogro não impediu que as raízes do conservadorismo se aprofundassem, e alcançassem o mandato seguinte da presidenta Dilma Rousseff, que viu seu governo desmoronar após uma crise sistêmica e uma avalanche de denúncias

orquestradas internacionalmente, alegando crime de responsabilidade, que a levaram ao impeachment em 2016. Entretanto o alerta da sociedade, manipulada ou não, foi dado já em 2013, sem que isso repercutisse eleição para seu segundo mandato, apesar da margem eleitoral singela com que se reelegeu.

A construção do consenso, seja ativo ou passivo, deve ser entendida como um processo que se desenvolve através de fluxos e influxos, avanços e retrocessos marcados por transformações nas relações de forças entre as classes e entre estas e suas formas institucionalizadas. Sem poder assimilar toda a sociedade a seu projeto, a capacidade das classes dominantes articularem o consenso e a legitimidade da ordem pode ser abalada, abrindo, então uma situação de contraste entre representados e representantes. Nos momentos em que isso ocorre, os grupos sociais se afastam de suas organizações tradicionais, ou seja, essas organizações e seus líderes não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração, comprometendo de forma decisiva a capacidade dirigente desses grupos. Seguindo as indicações de Gramsci, esses processos serão denominados de “crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto” (JINKINGS *et alii*, 2016; BRAGA, 2016).

Os anos que seguiram assistimos no Brasil, justamente, aquela na qual os representados não se identificam mais com aqueles que dizem representá-los. Como dissemos o alerta dado em 2013, na avalanche cultural da Primavera dos Povos (GOHN, 2013) deveria ter acendido o *desconfômetro* da classe política. Mas em vez de operar no nível dos representados, o governo optou por voltar-se para os representantes e construir um arco de alianças parlamentar, adocicado por cargos e compartilhamento da gestão, que lhe garantisse a maioria parlamentar. Isso ampliou a crise de hegemonia que já estava presente nos últimos anos do segundo mandato do governo Lula, e que se agravou entre 2016 e 2018, apartando representantes e representados, sem que fosse possível a construção de um projeto político nacional.

Esse percurso repercutiu nos partidos políticos brasileiros, já débeis em seus propósitos ideológicos e programáticos, fazendo perceber ainda mais como a “crise de hegemonia é uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe

dirigente” (GRAMSCI, 2004; BRAGA, 2016). O que aparece de forma mais superficial é a incompatibilidade em garantir maioria parlamentar duradoura com as organizações partidárias tradicionais, resvalando em uma fragmentação dos partidos em pequenas agremiações de poder, cujo representante é o próprio dirigente. Ladeado a isso os partidos históricos com maior representação PT, PSDB, PMDB e PSD, apresentam-se internamente fragmentados, e devolvidos a suas disputas regionais como produto da sobredeterminação alinhavada pelo executivo.⁴ Os partidos de menor expressão, por não conseguirem composição partidária, ampliam os choques e confrontos com o parlamento e governos, alinhando-se à corrupção como prática política para a superação dos conflitos, navegando entre os interesses privados e privatistas e o que deveria ser interesse público. As frações consideram e se arrogam capazes de resolver as crises partidárias, e os partidos os únicos capazes de superar a crise da nação. Ou seja, na velha máxima (mal interpretada) maquiavélica, “os fins passam a justificar os meios”.

Entretanto a crise espalha-se no Estado e na sociedade, daí porque aparece como uma verdadeira crise de hegemonia. Os grupos sociais passam a demonstrar sua insatisfação e incompatibilidade com o projeto político nacional, os dirigentes passam a operar conforme suas vontades, exigindo cargos e prebendas para garantir a aderência, e as arenas decisórias públicas e participativas são substituídas por arenas privadas, balcões negociais, em que os grupos políticos negociam sua agenda prescindindo das arenas coletivas e à margem do projeto societal (CRUZ, 2018).

Por outro lado, a burocracia, o sistema financeiro, o sistema de crenças e as igrejas, os grandes monopólios de comunicação e todos aqueles organismos relativamente

⁴ Todas essas questões apresentam-se como expressões de uma crise mantida cotidianamente pelos telejornais e grande mídia impressa, e pelo protagonismo político do sistema judiciário, incontrolado em suas restrições e alcances constitucionais. A lava-jato, Moro, Delagnol, Bretas e outros atores políticos conduziram o processo fragilização do sistema político, até a exaustão, sob o pretexto de combate à corrupção. Aqui não pretendemos discutir o mérito do “achamento” das relações de corrupção nos governos recentes, dado que já o fizemos em artigos anteriores (CRUZ, 2018 e 2020). Mas de reafirmar como a crise de hegemonia estabelecida faz emergir um ator político que transbordou as suas determinações constitucionais, em busca e no ataque programático a um partido político, o PT, e a um político, o ex-presidente Lula. Essa busca acirrará na sociedade, com o uso midiático e ilegal da justiça, ao antagonismo regional, político, cultural, geracional, entre gêneros, etc.

independentes da opinião pública têm suas posições reforçadas no interior do Estado, como uma estratégia de manutenção, a todo custo, dos governos. A repercussão da crise no conjunto do Estado pode provocar, dessa forma, o “deslocamento da base histórica do Estado” e a supremacia do capital financeiro (BRAGA, 2017).

Ainda assim a característica crucial da crise de hegemonia não é o “vazio de poder”, que a rigor poderia ser ocupado por qualquer um, até mesmo por um aventureiro ou um grupo deles. A política não permite um vácuo de poder, como também a natureza. A crise de hegemonia se caracteriza não pela inexistência de poder, o vazio, e sim por uma multiplicidade deles, uma infinidade de disputas que tornam incapaz a governabilidade ou a expressão da própria pluralidade social, aparecendo como polarização ou fragmentação política. A própria eleição de Bolsonaro em 2018 demonstra que, muito mais do que um aventureiro, era ele mesmo parte de um desses pequenos emaranhados de poder, incrustrado no parlamento e que representou ali o desinteresse social, a violência e preconceitos históricos, o anti-petismo, e a indeterminação na alta política brasileira. Claro, alimentado pelo mesmo desejo neoliberal desregulamentação estatal.

Mas, voltando a análise da crise de hegemonia e a diversidade de interesses sobredeterminados no mundo político. Repercute na política, na pluralidade do poder apresentadas como alternativas policêntricas em que os portadores dos diferentes grupos sociais lutam incessantemente pela afirmação de sua alternativa. Essa luta política caracteriza a incapacidade do sistema político de fazer enfeixar uma alternativa nacional. Nos parece lógico que a ausência de uma classe que conseguisse agregar o conjunto de alternativas e dialogar com as diferentes expectativas sociais, não poderia prolongar-se indistintamente e indefinidamente, daí o surgimento de uma alternativa medíocre ou insuficiente para gerir a crise de hegemonia, expressada na agremiação de faixada, PSL, cuja matriz é a militarização da política e paralização e reversão dos direitos sociais e constitucionais fundamentais. Sem nenhuma capacidade dirigente, as classes dominantes ou frações dela podem ser deslocadas do poder, deixando de ser dominantes.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 31, Julho a Dezembro de 2020, pp. 18-41.

4. Possíveis razões para a crise de hegemonia e a contingência do projeto nacional

Uma crise estrutural possivelmente tem razões em diversas esferas sociais para que seja pontado em um único artigo ou análise. Seria necessário enquadrar historicamente o conjunto da obra, inclusive observando como as outras nações latino-americanas têm enfrentado problemas muito próximos ao que assistimos no Brasil. Ainda assim ensaiaremos algumas possíveis razões que levam ao surgimento de uma crise de hegemonia com as que ora vive-se no Estado brasileiro. E claro está que essa crise não é apenas uma crise política, mas sobretudo uma crise econômica de projeto político societal, e que inviabiliza a capacidade dirigente de uma classe de forma profunda e ramificada.

A partir da compressão de que e o Estado é a condensação material das relações de forças entre as classes e frações, condensação essa historicamente definida e, portanto, particular e específica em cada formação histórica particular (POULANTZAS, 2000), e que a compreensão e transição das formações sociais são problemas que colocam em interação as dinâmicas societais e nacionais de forma intensa (HARVEY, 2005), podemos compreender que a crise de hegemonia só poderá ser compreendida como resultante da fissura entre as relações de forças que até anteontem se materializavam nesse Estado particular.

As lutas e disputas entre as classes em constantes guerras de lugares (ROLINK, 2015) de per si não concorrem para a eclosão de uma crise de hegemonia, mas desenham o panorama em que os grupos e projetos se aglutinam, inclusive seus defensores. Se reafirma não diante do consenso, mas do que a ciência política chama de relações agonísticas do poder, em que a passividade ou busca consensual é rompida em um dos flancos, ou de agrupamento social e por sua conseqüente entrada ativa no processo político, concorrendo para que o desarranjo conjuntural eleve o desequilíbrio para outro nível. Esse desequilíbrio alias era parte do jogo político para que esse grupo fosse marginalizado do processo maior, e que passasse a ser obrigado a operar no âmbito de um outro projeto hegemônico. A

ausência decisória de um grupo ou projeto hegemônico estende a crise de hegemonia, intercalada por um processo mais amplo de *interregno* societal.

O que assistimos conjunturalmente é que a crise é agravada pelo fato concreto de que já uma multi-ativação simultânea de diversos grupos sociais que arrogam um projeto hegemônico, mas com grande capacidade de influenciar setores do precariado (BRAGA, 2012; SINGER, 2012), notadamente aqueles em condição ainda mais agravada pelo aprofundamento da crise econômica. Não apenas o precariado ou classes subalternizadas urbanas entram em cena para garantir o projeto político hegemônico que não é o seu, mas também setores médios, raivosos “por sustentar o Estado”, aqueles que “são contra tudo que está aí”, ou “contra o PT”, ou aqueles em apoio a algum salvador da pátria, nos mesmos moldes personalistas de outrora, surgido na correlação de forças da elite política, com um programa político de reestabelecimento de seus privilégios sociais. Atentemos para o fato de que os privilégios sociais não são os da classe trabalhadora e precarizada em geral, mas assim é feito ver e sentir por meio de uma complexa rede de circularidade cultural, simbolismos midiáticos e promessas de acesso futuro (MARX, 1997; MÉSZAROS, 2004). A promessa “próxima-futura” é aliás uma ferramenta de extrema crueldade social haja vista as condições tão adversas com que as populações mais pobres e precarizadas passam em seu cotidiano, e já são históricas e geracionais em alguns muitos casos.

Até aqui não assistimos uma grande novidade no modelo político nacional. O arranjo do lulismo alicerçado em um importante acesso a bens de consumo e serviços, combinando avanços estruturais como o acesso a luz, água e habitação, promoveu uma real e crescente real desconcentração de renda entre aqueles que vivem do trabalho. Entretanto, a despeito dessa elevação tecnológico (acesso a energia), infra estrutural (água e habitação), e transferência de renda (programas sociais), os setores médios, com aspirações ao topo da pirâmide social acendeu a novos e significativos espaços de consumo em um movimento muito mais acelerado. A perceptível ocupação (ou invasão, se falarmos na perspectiva dos setores médios) dos espaços sociais antes exclusivos as classes médias, foi possível devido a

diminuição da distância social entre essas classes da base da pirâmide, aproximando as camadas médias tradicionais das massas populares em lugares como aeroportos e shoppings centers ou lojas de bens de consumo, como microportáteis, celulares, televisões LED, carros importados, notebooks, etc.

Esse aquecimento do mercado e do trabalho viabiliza inclusive que grupos antes subalternos possam resistir a novas agressões e ao próprio racismo e machismo estrutural. Alguns setores políticos subestimaram esse impacto causando um hiato ainda maior entre seus programas e a realidade. Esse um dos quadros do embaraço da classe média com a ascensão econômica cultural das classes subalternizadas, que reposiciona os setores médios da sociedade na busca pela manutenção dos privilégios de exclusividade perdidos pelo compartilhamento do mesmo banco da praça (do shopping).

Outro aspecto, seguindo esse mesmo argumento caótico, é o superlativo aumento do setor de serviços com impacto econômico superior ao aumento na cesta básica, por exemplo. Certamente, por maior amplitude de oportunidades culturais e econômicas, os setores médios foram os mais atingidos, causando um real e aparente encolhimento do valor nominal de seus rendimentos. Essa perspectiva não deixa de acirrar a expectativa futura da segunda geração dessas camadas médias, que a despeito das melhorias econômicas e materiais auferidas entre os anos 2003 e 2010, vê-se (ou sente-se) ameaçada diante da crise econômica sentida fortemente em 2013, como também pelo aumento da concorrência por empregos que pagam mais do que cinco salários mínimos, já que o modelo nacional-desenvolvimentista empregado pelo então governo Lula/Dilma entre 2002 e 2015 ampliou o acesso ao ensino universitário e técnico público, como também aumentou as políticas afirmativas, somado a ampliação do sistema público de financiamento em universidades privadas. A concorrência de mercado, elogiada entre os liberais e o assalariamento livre, tido pelo capitalismo como sua marca concorrencial, aparece como problema social, criado pelo lulo-petismo. Mais uma vez a promessa liberal demonstra sua falácia empírica (BOBBIO, 1998). Para usamos os dados do IGBE, em 2014 97,5% dos empregos formais de trabalho pagavam até 1,5 salário mínimo, e a disputa era entre os mais pobres. Entretanto os jovens de classe média passaram a disputar os 2,5% das vagas de emprego

melhor remunerado com jovens cada dia oriundos das classes populares com qualificação cada dia maior.

O agravamento da crise se define, portanto, na incapacidade das instituições democráticas em mediar o conflito social, mas também por provocar impasse. O parlamento, de onde a mediação deveria acontecer no Estado liberal mostrou-se incapaz de absorver estes novos atores ou de apresentar projetos políticos de consenso, porque imersos estavam em suas disputas grupais. Nem o jovem precariado, nem as camadas médias se veem representadas no parlamento. Uma parcela importante dessa insatisfação se expressou nas últimas eleições por meio da abstenção e dos votos branco ou nulo. Outra parcela manifesta-se abertamente em favor de uma intervenção militar.

Explicitada parte das razões dessa crise, é fundamental perceber como se faz política no Brasil, ou como foi consolidado o modo do agir politicamente entre as classes sociais, sobretudo as classes subalternizadas. Diante da incapacidade de renovação da liderança política centrada no lulismo, seja pelo golpe, seja pelo apelo contencioso de outras classes, a população em sua maioria deixou de ter uma direção capaz de colocar-se como organizadora dos interesses de classe, com seu conteúdo factualmente transformador. Um dado momento o modelo lulista esvaneceu ou tratou apenas de sua auto reprodução, promovendo uma crise de representação no parlamento e no executivo. O mesmo aconteceu para a burguesia que não conseguiu enfeixar em uma nova liderança seus anseios sociais, culturais e econômicos. Como o poder não opera com vazios, a crise impede que um projeto hegemônico apareça, muito embora consigam desarticular qualquer outro projeto político. É a crise de direção, para utilizar um conceito trotskista e também gramsciano, atingindo de maneira combinada e irrefletida as classes em antagonismo. Claro, atingindo de maneira diferente, mesmo porque uma é capaz de utilizar os sistemas de cultura para reestabelecer ou conjurar esforços internos e externos de convencimento à outra.

Ainda que na aparência surja como uma questão requeitada, é preciso retomar o debate em torno da questão das desigualdades e suas diversas nuances, devemos considerar os processos de acumulação e redistribuição de riquezas. A materialidade da pobreza é

resultado de processos históricos de acumulação capitalista dos meios de produção e de concentração de riqueza em poucos (como consequência e causa). A realidade dos conflitos sociais, da condição de miséria medida pelos indicadores sociais e econômicos, torna ainda mais verdadeira essa afirmação, demonstrando que o fenômeno da pobreza é multidimensional, transversal e persistente. Tema, portanto, que exige uma análise cuidadosa, pois, em nossa compreensão, é resultado desses fatores multidimensionais e também consequência de políticas públicas anteriores que aumentaram a sua concentração. O debate sobre o enfrentamento das desigualdades nos obriga a uma análise mais abrangente que ultrapassa, e transborda, a de uma política pública singular. Entre nós, coloca ainda a necessária discussão sobre a origem das desigualdades sociais. É preciso questionarmos como essas desigualdades se reproduzem historicamente, para que pensemos que oportunidades concretas são criadas tendo o horizonte democrático como sustentáculo desses processos, e quais são elas. (CRUZ, 2018).

A desigualdade, portanto, não é um problema ecológico, e sim um problema político. O reconhecimento de que a desigualdade é uma condição, assim como a democracia, justiça e igualdade econômica, é uma necessidade ontológica para a superação das mazelas sociais e para a melhoria do alcance democrático em si. Passando pelos direitos fundamentais, instituídos na constituição de 1988, até o desenvolvimento recente e extensão desses direitos, a ideia de igualdade econômica e social não pode prescindir da superação política das desigualdades. A concordância de que desigualdade e pobreza, ainda que sejam conceitos distintos, caminham juntas, nos obriga a uma leitura também multidimensional, multifacetada e transversal do problema democrático. O aumento ou permanência dela na agenda política é uma das razões para que a crise se perpetue como incapacidade decisória entre os governos.

A vinculação entre pobreza e desigualdade expressa-se fortemente nas disparidades sociais e econômicas observáveis nas pesquisas, sobretudo do mundo rural. Enquanto a pobreza é parte da desigualdade econômico-social, determinando a vida e as possibilidades das populações a ela submetidas, as desigualdades aprofundam esse cenário porque crescem e se alimentam, estando justamente vinculados, na medida em que as

disparidades nas chances de vida determinam as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade. No nosso caso concreto, não bastassem as desigualdades raciais e de gênero como produto do processo histórico de escravização e de submissão feminina, a concentração extrema de renda nos posiciona entre os países em que esse fenômeno é mais cruel. Esse estado de coisas confere à situação de desigualdade e pobreza o caminho de mobilização de ativos e de mais propriedade para possibilitar a mobilidade social.

A capacidade absoluta de concentração de renda e serviços dos extratos mais privilegiados gera mais dificuldade de mobilidade social e extrema rigidez na estrutura social, ampliando as desigualdades e obstruindo sua superação. Observamos que, a despeito da intensa mobilidade social dos anos 2003-2010, durante o primeiro Governo Lula, a estabilidade desses grupos de populações que se movimentaram, saindo da situação de pobreza, é bastante efêmera (SEN, 2014). Qualquer descontinuidade de políticas públicas de enfrentamento à pobreza faz com que o desenvolvimento dessas populações se retraia e retorne à situação anterior, agora sob um novo patamar de frustração dos projetos coletivos e individuais. A questão central é a ausência ou ineficácia do projeto político que subjaz a essa iniciativa de políticas públicas, seja por sua ambiguidade, ora atendendo aos interesses das populações pobres, ora aos interesses da elite, seja por sua fragilidade factual ante a incapacidade de enfrentar o caráter dependente e periférico da economia nacional ou das economias dos entes federados.

5. Saídas e alternativas sistêmicas

De maneira geral, tal qual a teoria democrática é apresentada, pressupõe-se que existam elementos sociais de pactuação e contratualização coletiva que devem garantir à sociedade em geral e aos excluídos em particular direitos assegurados socialmente, cuja habilitação para participação em sociedade deve prever mecanismos públicos, transparentes e igualitários de justiça e garantia de direitos (CRUZ e UZÊDA, 2020).

Aprofunda-se o ódio às instituições democráticas estendendo o ataque e o achaque a todas as representações políticas e ao bloco de interesses antagônicos. Como bem apresentou

Rancière (2015), e tema de outro trabalho nosso, o ódio à democracia ultrapassa o procedimento democrático e o desmonta; alcança as relações sociais e as fragilizam; aprisionam a liberdade e a mata. Assim, o ressurgimento do pensamento conservador na sociedade é alimentado por um Estado que se mantinha em estado de inação, crescendo em seu interior as diversas formas de conservadorismo e de perseguição de populações indígenas, negras, mulheres, homossexuais, pobres, periféricos, agricultores familiares, camponeses e tantos quantos forem os grupos socialmente excluídos, configurando-se em um neofascismo com “instituições em pleno funcionamento” e por isso mesmo mais agressivo. Os limites da democracia apresentados por Bobbio (2001) não conseguem dar conta desse universo. E, ainda que tomássemos por ideia-força aquilo que ela nunca se propôs ser (ŽIŽEK, 2007), seria inimaginável que alcançasse formas e conteúdos tão caóticos quanto os que estamos vivenciando. Não bastasse esse “passivo” ambiental, social e econômico a sociedade ainda vive de forma convulsiva uma pandemia provocada por um vírus de alta letalidade, e ao que estamos vendo deverá perdurar como problema endêmico nos países mais pobres ou cuja capacidade decisória de enfrentamento foi substituída pela crença ou voluntarismo de seus governantes, como é o caso do Brasil.

Outrossim, as saídas para essa crise não são de baixa complexidade ou para uma geração. Exige a recombinação partidária estruturando blocos de poder ou frentes amplas com unificação de bandeiras de luta, diante de uma ameaça maior a democracia. Mas também, no âmbito dessas frentes, um novo recomeço político, capaz de reaprender uma coisa que nos foi ensinada pelo uso de eletrônicos dos anos 1980, o ato de “rebobinar”, ou seja voltar ao começo todo o rolo de filmes para que possamos ver de novo e ver melhor. Não é possível pensar que o Brasil a partir de seu percurso da história política consiga empreender a unificação partidária de muitos partidos sob uma só legenda, “que melhor representa e resume as necessidades de toda a classe”. Seria fazer subsumir como “um raio em um dia de céu azul”, as diferenças históricas, regionais, internas de Estados e grupos políticos, como um passe de mágica. E não acreditamos ser possível a repetição do que aconteceu no Uruguai e a *Frente Amplia*, comandada por Tabaré Vasquez e José Mujica. Mas há um movimento forte para que, ao menos seja possível a composição de um projeto político

progressista que devolva a disputa democrática (desigual, imperfeita, mas seguramente mais ampla) a sociedade.

6. À guisa de conclusão: O futuro das democracias latino-americanas

A democracia liberal não superou as desigualdades sistêmicas e persistentes. Após um breve período de sensação de igualdade, logo se percebe o hiato, a distância e o fosso provocado por processos de concentração de renda, de racismos, sexismos e isolamento social de populações inteiras. No caso do Brasil, por exemplo, a curta década de inclusão social e de renda entre os anos 2003 e 2010, pouco ou nada significou diante das perdas sofridas nos últimos dois anos. Podemos dizer o mesmo sobre a situação do Chile, da Argentina e do Equador. O avanço de políticas neoliberais, com cerceamento de direitos, destruição ambiental e desprezo pelo humano são fatores que têm desmontado conquistas históricas dos movimentos sociais e sindicatos.

Nesse sentido, a crise das democracias, sobretudo as latino-americanas, não deve ser subestimada. Do ponto de vista analítico, é preciso que processos e percursos sejam investigados em suas diversas dimensões, e não apenas como relação de causa e consequência. Em nossa, análise, o futuro das democracias passa, portanto, pela compreensão de quatro fatores importantes, a saber:

1. É preciso entender o limite da democracia liberal. Se a democracia liberal não é suficiente para colocar em combinação o nome e a coisa, é preciso que experiências de maior democracia tomem conta dos governos, dos Estados nacionais, ultrapassando a constatação de que não será por meio apenas das eleições que teremos mais e melhor democracia. Ainda que o processo democrático deva conter eleições limpas, igualitárias, com ampla participação e com direito de todos a votar e ser votado, restringir a democracia ao processo eleitoral é excessivamente reducionista, e eliminá-lo é impensável. O exercício da ampliação da participação social nas políticas públicas deve ser levado à sério enquanto exercício democrático.

2. O enfrentamento das desigualdades persistentes. O que há de consolidado na ciência política em torno do tema das desigualdades? Que não são um fenômeno isolado e que se diferenciam das distinções sociais. A desigualdade é um problema social que deve ser tratado no plural, e trata-se de um profundo desequilíbrio público entre suas populações. É preciso enfrentar as desigualdades nutricionais das populações, que acarretam diversas outras consequências. É preciso enfrentar e vencer as desigualdades de gênero, como causa do feminicídio, da opressão. Ou seja: é preciso que a democracia seja capaz de enfrentar e superar as desigualdades como as causas mesmo da baixa qualidade democrática.

3. A reorganização da sociedade civil. A ampliação dos espaços participativos não foi acompanhada por uma estruturação de novas bases organizativas da sociedade civil. Os parâmetros de sindicato, associação, grupo produtivo, grupo de moradores etc., ou a experiência dos conselhos não têm sido suficientes ante os profundos cortes e desmontes nos programas sociais e mesmo as mudanças drásticas das legislações trabalhistas. É preciso que a sociedade civil preencha essa lacuna experimental de participação, voltando a interferir, sem assistencialismo ou práticas coronelistas, nas políticas públicas.

4. Por último, ainda que outros tantos fatores possam ser lembrados, é preciso reconhecer a existência de um projeto político autoritário, que está em conflito com projetos políticos democráticos e democrático-participativos. A negação de que o projeto político autoritário ou conservador retornou à agenda política não irá tirá-lo das praças, dos bares, dos salões, dos transportes públicos. Nos diversos rincões e espaços sociais, a sociedade debate, a seu modo, o que está acontecendo. Sente, percebe, sofre e vive as mudanças que os governos realizam. E também age. É crucial que os campos políticos não conservadores, da práxis, e projetos políticos democráticos possibilitem esse debate, enxergando que aquele projeto já alcançou parte da sociedade latino-americana, que silencia diante de tudo que está acontecendo. É preciso retornar ao debate da realidade, de projeto político, da imanência democrática. Na melhor das hipóteses, a sociedade se reorganizará para enfrentar a perda de direitos, as desigualdades, e enfim, a própria democracia.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 31, Julho a Dezembro de 2020, pp. 18-41.

Referências

AVRITZER, L. Os impasses da Democracia no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, L. (Org.). A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOBBIO, N. Nem com Marx, nem contra Marx. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009b.

CASTAÑEDA, J. Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CODATO, A. N. O espaço político segundo Marx. Crítica Marxista, São Paulo, v. 32, p. 33-56, 2011.

CRUZ, D.U. Programa vida melhor rural na Bahia e a atuação dos públicos participativos na erradicação da miséria e extrema pobreza do campo (2011-2014). Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2019.

CRUZ, D. U. ; GONZALEZ, M. V. E. (org.). Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados. Feira de Santana: Editora Zarte; Argentina: CLACSO, 2018.

CRUZ, D.U. da. Democracia e participação social: anotações para debate. IN: CLOUX, R. F. e COSTA, L. D. de A. (orgs.). Debates sociológicos, educacionais e identitários. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2016. p. 15-30.

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; e, PANFICHI, A. (Org.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.

DOWNS, A. Uma Teoria econômica da Democracia. São Paulo: EDUSP, 2013.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 31, Julho a Dezembro de 2020, pp. 18-41.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRASER, Nancy. Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition. New York: Routledge, 1997.

FREIRE, P. A importância do ato de ler em três artigos. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GIDDENS, A. Social Theory and Modern Sociology. Cambridge. Madd: Polity Press, 1987.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, M. da G. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GONZALEZ, M. V. E.; IAMAMOTO, S.; CRUZ, D. U. (orgs.). Democracia na América Latina 2: descolonização, territórios e horizontes. Feira de Santana: Editora Zarte; Argentina: CLACSO, 2019.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Vols. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a 2007.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, D. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

JINKINGS, I. (org.). Porque Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, São Paulo, v. 43, jan./jun. 1997.

MARX, K. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 31, Julho a Dezembro de 2020, pp. 18-41.

MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. O 18 de Brumário e Cartas e Kulgelman. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, K e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOBRE, M. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PNUD. A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Tradução Mônica Hirts. São Paulo: LM&X, 2004.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RANCIÈRE, J. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROLLINK, R. A guerra de lugares. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, B. de S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SINGER, P. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2012.

TILLY, C. Democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WOOD, M. E. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZIZEK, S. Em defesa das causas perdidas. São Paulo: Boitempo, 2011.